

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA

Rua Major Antônio Domingues, 244 - São José dos Campos / São Paulo (SP)

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com os pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)		
Ativo	Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.973	44.641	12	45.852	37.589
Contas a receber	7	52.223	60.966	13	25.101	19.256
Adiantamentos a terceiros		6.512	9.156	14	25.631	24.183
Subvenções governamentais a receber	8	25.619	26.069		1.524	1.472
Estoques	9	22.496	20.741		2.613	2.268
Outras contas a receber		6.843	7.838		4.170	4.960
Despesas antecipadas		163	70	16	41.572	59.664
Total ativo circulante		143.829	169.481	15	11.304	9.670
Não circulante				9	15.723	13.984
Depósitos judiciais		498	585		173.490	173.046
Outras contas a receber		-	9.000			
Investimentos		96	65			
Imobilizado	10	323.236	392.730	13	25.262	39.223
Intangível	11	590	678	14	38.458	70.795
Total ativo não circulante		324.420	403.058	15	89	128
Total ativo		468.249	572.539	10	6.870	6.298
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - O Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI ("Entidade" ou "Instituto") foi fundado em 1932, na cidade de São José dos Campos/SP. Entidade assistencial, beneficente e filantrópica, inscrita no CNPJ com o número de 60.194.990/0001-78, mantenedora de núcleos assistenciais. O Instituto destina-se à prática de todos os atos de caridade em favor de enfermos em geral, obrigando-se a manter em todas as suas casas, leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, dedicando-se também às obras de promoção humana. Com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovada pela Portaria do MS nº 283 de 12/03/2018 publicada no dia 19 de março de 2018 DOU nº 53, com a validade até 31/12/2015. A renovação da CEBAS para o triênio subsequente, encontra-se em andamento de acordo com o protocolo 25000.17843812015-18, ano base 2014 em 03/11/2015, sendo que em 31 de janeiro de 2019, houve o parecer favorável encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. A Prestação de contas do Ano de 2018 (2018-2017 e 2016) processo 25000.219234.2018-97 foi realizada temporariamente em 18/12/2018, e a entidade aguarda a análise do Ministério da Saúde e Assistência Social. **1.1 - CONTINUIDADE OPERACIONAL - POLÍTICA CORPORATIVA DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS. OBJETIVO:** Consolidar e manter a Governança Corporativa para a continuidade dos Negócios do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada (IPMMI). **PÚBLICO-ALVO:** Todas as Filiais controladas pelo IPMMI. **RESPONSABILIDADES:** A gestão de Continuidade de Negócios é responsável pela Governança Corporativa com seus princípios e políticas acarretando o fortalecimento dos negócios. Os papéis e responsabilidades para coordenação e execução da estrutura de Continuidade de Negócios estão descritas nos respectivos normativos setoriais, por meio da categoria de políticas normativas denominadas Continuidade de Negócios para o IPMMI e os respectivos normativos das unidades de negócio. **INTRODUÇÃO:** O exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi bastante desafiador para o Instituto. Apesar de um aumento de 21,66% nas receitas de prestação de serviços, a Entidade apresentou um déficit de R\$ 17,6 milhões, o qual foi 17,14% inferior ao exercício anterior. O ativo circulante apresentou-se menor do que o passivo circulante em R\$ 29.661 mil em 31 de dezembro de 2018, o capital circulante negativo líquido apresentou um aumento de R\$ 26.096 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o capital circulante líquido negativo era de R\$ 3.565 mil. Ainda, a Entidade encerrou ano de 2018 com R\$ 29 milhões em caixa contra R\$ 45 milhões em 2017. Não menos importante, há de se considerar que durante o ano de 2018 a Entidade pagou, sem atrasos ou necessidade de renegociação, as parcelas devidas de empréstimos e financiamentos, reduzindo o seu endividamento bancário de R\$ 58 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 50 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em 2018 considerando o início de uma 1ª Etapa do Plano de Continuidade de Negócios, o IPMMI, teve como ação, a defesa da renovação da certificação CEBAS. A decisão pela sua renovação constituiu-se em ato administrativo pelo Ministério da Saúde, substanciado com os Ministérios da Cidadania e Educação, conforme área preponderante da organização, cumprindo-se as exigências ministeriais. Assim, por meio de uma Consultoria externa e por consequente a criação de uma área especializada em Filantropia, mantendo atualmente total controle da Certificação CEBAS e não oferecendo riscos ao IPMMI. Desta forma em início de uma 2ª Etapa do Plano de Continuidade de Negócios, onde o IPMMI preza pela sustentabilidade econômico financeiro, foca em um movimento de "Turnaround", ou seja, a recuperação da performance empresarial, mudando substancialmente a gestão estratégica e operacional tirando-o de uma rota de declínio e colocando de volta ao crescimento na obtenção de resultados superiores, transparentes e com prestação de contas. **AÇÕES:** a) Em função de ressalvas em Balanço anterior, o IPMMI autorizou um verdadeiro saneamento e regularização do Contas a Receber, também já provisionando receitas duvidosas futuras (novo conceito de apuração), bem como contingenciamento jurídico, estas ações foram impactantes no resultado do exercício, porém, de grande relevância e transparência para todo o Instituto. b) O IPMMI também promoveu uma reorganização em seu patrimônio divulgado em balanço social, com a contratação de consultoria especializada em avaliação patrimonial, contabilizando de forma correta seus valores, conciliando os registros físicos com os contábeis e assegurando-se que o valor líquido contábil não exceda o valor justo dos bens, ou seja, aqueles que seriam obtidos em uma transação não forçada. c) Em busca de reverter os resultados negativos, a Diretoria Executiva do IPMMI juntamente com o Conselho de Administração, promoveram substituições nas direções dos Hospitais Antoninho da Rocha Marmo, Marieta Kondor Bornhausen e Casa de Saúde Stella Maris, fortalecendo o corpo de Direção do IPMMI. d) O IPMMI estrategicamente promoveu a saída do Hospital Antoninho da Rocha Marmo da operação de convênio SUS, com o encerramento contratual sem impactos negativos para a instituição, assim, iniciando a mudança em seu perfil, na busca de melhores resultados econômicos. e) A Continuidade da Operação, sob orientação de uma gestão estratégica e eficaz, faz as Unidades equacionarem contratos rentáveis com as operadoras de convênios particulares, bem como junto aos estados e prefeituras na busca de um equilíbrio econômico. **Governança Diretrizes corporativas que contemplam as políticas e procedimentos de Continuidade de Negócios. Testes e Simulados:** O IPMMI, dando continuidade em seu PCN para 2019, já deixa desenhado uma nova 3ª Etapa, onde investe na implantação de um departamento de Auditoria Interna, onde se pretende realizar periodicamente, testes para avaliar seus PCN's. A natureza, o escopo e a frequência dos testes são determinados de acordo com a criticidade dos negócios envolvidos e com as definições dos órgãos reguladores locais. Os resultados dos testes são documentados e periodicamente avaliados, permitindo o aprimoramento contínuo, com treinamento, conscientização e conjunto de ações que visa habilitar os colaboradores, com seus papéis e responsabilidades para atuar em situações de continuidade dos processos nos negócios. **Gestão de Crises:** Atuação nos eventos de crises, aplicando as diretrizes do Programa de Gestão Corporativa de Crises do IPMMI descritas em Política Interna. **Revisão:** A revisão da documentação de Continuidade de Negócios ocorre em intervalos planejados. **Glossário:** PCN - Plano de Continuidade de Negócio. SUS - Sistema Único de Saúde. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, pela Lei No 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), executando os de Nº 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, Nº 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, Nº 35 - Demonstrações Separadas, Nº 44 - Demonstrações Combinadas e o CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A escrituração contábil atende a Resolução No 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002 (R1) publicada na DOU de 02/09/2015, a qual trata de aspectos contábeis específicos a entidades sem finalidade de lucro. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Aplicações financeiras). **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e o Real é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i) Nota explicativa nº 7** - Provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável. **ii) Nota explicativa nº 10** - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado. **iii) Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerecia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(iii) Empréstimos e financiamentos** - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. **(iv) Empréstimos e Recebíveis** - Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. **(v) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **(vi) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos** - Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017, incluindo operações de hedge. **b. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustadas ao seu valor recuperável em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. **c. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução no valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou valor de construção, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, exceto para terrenos e obras em andamento, que não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Vida Útil	
Equipamentos Hospitalares	10 anos
Equipamento de Informática	5 anos
Instalações	10 anos
Instrumentais	10 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Objetos e Obras Sacras	10 anos
Prédios	25 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangíveis** - Reconhecimento, mensuração e amortização. O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. **f. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **g. Passivos circulante e não circulante** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituinte como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base a melhor estimativa do risco envolvido.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Deficit do exercício	(17.602)	(21.244)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(17.602)	(21.244)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Déficit acumulado	Ajuste de exercícios anteriores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016		333.620	(28.462)	(865)	304.293
Transferência para patrimônio social		(29.327)	28.462	865	-
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(21.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		304.293	(21.244)	-	283.049
Transferência para patrimônio social		(21.244)	21.244	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	19.1	-	(17.602)	(41.367)	(41.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		283.049	(17.602)	(41.367)	224.080
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

i. Demais ativos circulantes e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **j. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos da Entidade. **k. Receita operacional - (i) Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar** - As receitas com serviços prestados no segmento de saúde são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios e englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor possa ser mensurado de forma confiável. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico-hospitalar são apropriadas de acordo com o período da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **(ii) Prestação de serviços - Assistência social** - A Entidade trabalha no acolhimento institucional a idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, favorecendo a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A receita refere-se às contribuições dos atendidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (Lei 12.101/09 - Estatuto Idoso), doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. **(iii) Prestação de serviços - Atividade sustentável** - A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem e atividades de aluguel de espaços para retiros espirituais. A receita refere-se aos serviços prestados através de mensalidades, doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. **(iv) Receita com trabalhos voluntários** - Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas operacionais. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos de acordo o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e despesas bancárias e são reconhecidas pelo regime de competência. **m. Gerenciamento de risco financeiro** - A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: i) Risco de crédito; ii) Risco com taxa de câmbio; iii) Risco de taxa de juros; iv) Risco de liquidez. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 25. **(i) Estrutura do gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativas nºs 3 e 25. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas quele ato ou passivo. **5. Segmentos operacionais:** As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas

Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas Operacionais Líquidas								
Receita Líquida de Prestação Serviço	546.576	449.354	2.646	2.228	5.731	4.531	554.953	456.112
Receita Operacionais Trabalho Voluntários	77	115	-	-	-	-	77	115
	546.653	449.469	2.646	2.228	5.731	4.531	555.030	456.227
Custos e despesas Operacionais								
Custos e despesas operacionais - Saúde	(544.749)	(447.698)	(3.109)	(2.370)	(8.833)	(7.261)	(556.691)	(457.329)
Custos e Despesas Serviços Voluntários	(77)	(115)	-	-	-	-	(77)	(115)
	(544.826)	(447.813)	(3.109)	(2.370)	(8.833)	(7.261)	(556.768)	(457.444)
Superávit (Déficit) Operacional Bruto	1.827	1.656	(463)	(142)	(3.102)	(2.730)	(1.738)	(1.217)
Outras receitas e despesas operacionais líquido	(9.178)	(10.261)	(37)	(46)	(411)	(225)	(9.626)	(10.532)
Deficit Operacional Antes do Resultado financeiro	(7.351)	(8.605)	(500)	(188)	(3.513)	(2.955)	(11.364)	(11.749)
Resultado Financeiro, líquido								
Despesas Financeiras/Receitas Financeira	(6.127)	(9.398)	(7)	(3)	(104)	(95)	(6.239)	(9.495)
Deficit do exercício	(13.478)	(18.003)	(507)	(191)	(3.617)	(3.050)	(17.602)	(21.244)

Quadro 2a - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Ativo

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	29.345	44.071	241	265	387	305	29.973	44.641
Contas a receber	51.937	60.664	-	-	286	302	52.223	60.966
Adiantamento de terceiros	6.462	9.108	15	11	35	37	6.512	9.156
Subvenções governamentais a receber	25.466	26.069	153	-	-	-	25.619	26.069
Estoques	22.405	20.712	-	-	91	29	22.496	20.741
Outras contas a receber	6.654	7.557	183	54	6	227	6.843	7.838
Despesas antecipadas	163	70	-	-	-	-	163	70
Total ativo circulante	142.432	168.251	592	330	805	900	143.829	169.481
Não circulante								
Depósitos judiciais	498	585	-	-	-	-	498	585
Outras contas a receber	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Investimentos	96	65	-	-	27	27	96	65
Imobilizado	295.080	364.380	891	892	27.265	27.458	323.236	392.730
Intangível	590	678	-	-	1	1	590	678
Total ativo não circulante	296.264	374.680	891	892	27.265	27.458	324.420	403.058
Total do ativo	438.696	542.931	1.483	1.222	28.070	28.358	468.249	572.539

Quadro 2b - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Passivo e patrimônio líquido

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante								
Fornecedores Diversos	45.676	37.311	30	22	146	256	45.852	37.589
Empréstimos e Financiamentos	25.101	19.256	-	-	-	-	25.101	19.256
Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.717	23.286	256	232	658	665	25.631	24.183
Obrigações Tributárias	1.515	1.487	4</					

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA									
2017					2018				
Subvenções governamentais					Passivo não circulante				
Ativo Circulante					Receita com subvenções a incorrer				
Subvenções a receber					Receita com subvenções a incorrer				
2018					2018				
2017					2017				
25.619					90.155				
26.069					67				
15.024					(52.707)				
25.619					37.515				
929					943				
2018					2018				
41.572					38.458				
					2017				
					70.795				
9. Estoques									
Ativo circulante									
Estoques de materiais hospitalares									
Estoques em consignação									
Outros									
2018									
2017									
6.011									
15.723									
762									
22.496									
Passivo circulante									
Estoques em consignação									
(i) Estoques em consignação: estoque de material de órteses e próteses para cirurgias de grande porte, de propriedade de terceiros em poder da unidade, conforme contrato firmado entre o fornecedor e a unidade, e que são faturados e reconhecidos no resultado do exercício como custos e despesas mediante consumo.									
15.723									
13.984									
10. Ativo imobilizado									
Imobilizado									
Terrenos									
Edificações									
Instalações									
Veículos									
Móveis e utensílios									
Objetos e obras sacras									
Equipamentos de informática									
Equipamentos hospitalares									
Máquinas e equipamentos									
Instrumentos									
Bens em comodato									
Imobilizado em andamento									
Imobilizado em andamento comodato									
Subtotal									
Custo									
Saldo em 1º de Janeiro 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de Dezembro 2017									
Adições									
Impairment									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de Dezembro 2018									
Depreciação/ Amortização									
Saldo em 1º de Janeiro 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Valor contábil em 31 de dezembro de 2018									
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017									
11. Intangível									
Sistema de Informática									
Licença Sistema de Informática									
Marcas e Patentes									
Subtotal									
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2017									
Adições									
Impairment									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Depreciação/ Amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2017									
Adições									
Baixas									
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Valor contábil em 31 de dezembro de 2018									
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017									
13. Empréstimos e Financiamentos									
Taxa de juros nominal									
Vencimento									
Valor contábil									
Até 1 ano									
Acima de 1 ano									
Valor contábil									
Até 1 ano									
Acima de 1 ano									
HSBC - IPMMI - 626639									
HSBC Bradesco (Sede)									
HSBC - IPMMI - 10650789									
HSBC - IPMMI - 05025-60 (i)									
Banco do Brasil - 335.802.832									
Banco do Brasil - 335802019									
Banco do Brasil - IPMMI (i)									
Banco Santander - 6140									
Banco Santander - 6150									
Banco Santander - 6160									
Banco Santander - IPMMI									
Banco Santander HMIARM - 6050									
Banco Santander HMIARM - 8280									
Banco Santander HMIARM - 9230									
Banco Santander HPIOXII - 5760									
Banco Santander HPIOXII - 5940									
Banco Santander HPIOXII - 6720									
Banco Santander HPIOXII - 6700									
Banco Santander HPIOXII - 9240									
Banco Santander LEASING - 8731160									
Banco Santander - 1550									
Banco Santander - 4440									
Banco Santander LEASING - 8731187									
Banco Santander - HMMKB 7310									
Banco Santander - HMMKB 7280									
CEF - 25.1400.610.000011-70									
CEF - 25.3013.610.000005-66									
CEF									
Unicred - 2014400340									
Unicred									
Credicom - 57342									
Credicom - 55517-6									
Credicom - 65523-8									
Credicom - 48188-1									
SICOOB Credicom - 57344-0									
Unimed Belo Horizonte HMT (ii)									
GE Capital Corporation (iii)									
Outros									
Juros a incorrer									
Circulante									
Não circulante									
(i) Conta garantida com instituições financeiras. (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa. (iii) Refere-se a aquisição de equipamento tomógrafo com saldo devedor indexado em dólar norte-americano e atualizado mensalmente com a variação da moeda estrangeira em contrapartida ao resultado do exercício. As operações de financiamento têm como finalidade principalmente a aquisição de bens patrimoniais e empréstimos tomados no mercado financeiro para suprir as deficiências de capital de giro. Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, câmbio e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 25. Garantias oferecidas - A Administração ofereceu garantias para suas operações de empréstimos e financiamentos, carteira de recebíveis de convênios privados e SUS e aplicações financeiras. Cláusulas restritivas (Covenants) - Os contratos de empréstimos possuem cláusulas de covenants não financeiros. Todas as cláusulas são atendidas pela entidade.									
14. Obrigações sociais e trabalhistas									
2018									
2017									
Provisão de férias e encargos sociais									
Salários e ordenados a pagar									
Encargos sociais									
15. Outras contas a pagar									
2018									
2017									
Contas a pagar diversas									
Água e esgoto									
Energia elétrica									
Telefone									
Aluguéis de bens móveis e imóveis									
Fornecedores - Acordo									
Contas a pagar PASA (Plano de Assistência à Saúde do Aposentado do Vale)									
Consignados									
Circulante									
Não circulante									
16. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.									
2018									
2017									
Cível									
Trabalhistas									
A Entidade em 31 de dezembro de 2018 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais. O risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente a R\$ 4.170 (R\$ 4.960 em 2017) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:									
Saúde									
Saldo Inicial									
Adições									
Utilização									
Estornos									
Depósito Judicial									
Saldo Final									
2018									
2017									
Cíveis									
Trabalhistas									
Atividade Sustentável									
Saldo Inicial									
Adições									
Utilização									
Estornos									
Depósito Judicial									
Saldo Final									
2018									
2017									
Cíveis									
Trabalhistas									
• Cíveis - Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R\$ 3.371 (R\$ 3.374 em 2017) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras. • Trabalhistas - Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R\$ 799 (R\$ 1.586 em 2017) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. Processos com risco de perda possível - A Entidade e parte envolvida em ações de natureza cível e trabalhista nos montantes respectivos de R\$ 449.787 e R\$ 7.187 em 2018 (R\$ 145.462 e R\$ 5.807 em 2017) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Hospital Casa de Saúde Stella Maris recebeu e foi notificado de processos administrativos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo devido a questionamentos sobre as prestações de contas dos convênios SUS da localidade. A Administração está acompanhando e tomando as ações necessárias esses processos com apoio de seus assessores jurídicos externos. Os valores expostos em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 319.945 (R\$ 113.009 em 2017) com risco de perda avaliada como possível, e encontram-se contidos nos totais expressos 17. Bens públicos em nosso poder: A Entidade possui bens públicos em seu poder (bens operados em comodato), no montante de R\$ 70.786 em 2018 e (R\$ 70.786 em 2017), que refere-se a ativos imobilizados e valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos a gestão pública quando do término do comodato datado de 24 de janeiro de 1995 com uso real do imóvel por 30 anos para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. Até 31 de dezembro de 2017 tais ativos encontravam-se demonstrados pelo valor do custo, deduzido da depreciação ou amortização, que concomitantemente representa valores integrais do ativo imobilizado e do intangível. Em função dos termos estabelecidos no contrato de comodato com o Secretária da Saúde do Estado de Santa Catarina, os quais preveem a possibilidade de não renovação do compromisso de comodato a entidade optou, em 2018, por baixar o acervo recebido em comodato das contas de ativo imobilizado passando a controlá-las contabilmente em contas de compensação. Tal decisão resultou em uma baixa líquida de R\$ 44.433 resultando do custo total de R\$ 64.776 e depreciações e amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2017 no valor total de R\$ 20.343 o qual foi contabilizada em contrapartida da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, conforme demonstrado na nota nº 19. Por estar em processo de expansão da unidade hospitalar recebida em comodato, financiada integralmente por subvenções do Estado de Santa Catarina a Entidade optou por reclassificar o montante contra a conta do passivo de subvenções governamentais a realizar no montante de R\$ 52.707. 18. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27c da ITC 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incidentes sobre a receita (COFINS 3% - regime cumulativo). Em janeiro de 2018, conforme Procedimento Comum nº 5000615-45.2016.4.03.6103, foi concedida a imunidade quanto ao recolhimento da contribuição social para o Plano de Integração Social - PIS sobre folha de pagamento, extinguindo assim a obrigatoriedade do recolhimento a partir de fevereiro de 2017; e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. Isenção previdenciária usufruída - Em atendimento às determinações da Lei 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem, gozadas durante os exercícios de 2018 e 2017. Isenções usufruídas									
COFINS									
INSS 20% Parte Empresa									
INSS 5,8% Terceiros									
INSS 2% R.A.T.									
INSS 20% Autônomos									
As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionários sujeitos de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. 19. Patrimônio líquido: Patrimônio social - O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados. Está composto pelos superávits e/ou déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção dos objetivos sociais da Entidade, seja na aplicação e manutenção de suas instalações ou na prestação de serviços. 19.1 - Em 2018, de acordo com a Lei 6.404/76, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis conforme abaixo demonstrado:									
Descrição									
Baixa dos bens em comodato do Hospital M. Marieta Konder - Nota - 17									
Regularização contábil terrenos recebidos em doação									
20. Receitas operacionais líquidas - saúde, assistência social e atividade sustentável									
2018									
2017									
Receitas Operacionais - Saúde									
Pacientes de convênios									
Pacientes particulares									
Pacientes de SUS - Internados									
Pacientes de SUS - Exames e pronto atendimento									
Subvenções e Convênios Públicos									
Outras Receitas Operacionais									
Deduções - Saúde									
Rejeição/glosa de convênio									
Rejeição SUS									
Reembolso a pacientes									
Cancelamento de Serviço									
Receitas Operacionais - Assistência Social									
Contribuições de Asilados									
Subvenções e Convênios Públicos									
Outras Receitas Operacionais									
Deduções - Atividade Assistencial									
Reembolso de Asilados									
Receitas Operacionais - Atividade Sustentável									
Mensalidade de Clientes									
Subvenções e Convênios Públicos									
Outras Receitas Operacionais									
Deduções - Atividade Sustentável									
Reembolso a Clientes									
Recita - trabalhos voluntários									
Trabalhos voluntários									
Totais receitas operacionais líquidas									
21. Custos e despesas operacionais - saúde, assistência social e atividade sustentável									
Custos e despesas operacionais - Saúde									
Custo com Pessoal e encargos									
Serviços de terceiros									
Despesas gerais									
Custos e despesas operacionais - Assistência Social									
Custo com Pessoal e encargos									
Serviços de terceiros									
Despesas gerais									
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável									
Custo com Pessoal e encargos									
Serviços de terceiros									
Despesas gerais									
Outras receitas e despesas operacionais - Saúde									
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio									
Atendimentos Gratuitos									
Outras Despesas									
Depreciação									
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social									
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio									
Depreciação									
Outras Despesas									
Outras receitas e despesas operacionais - Atividade sustentável									
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio									
Depreciação									
Outras Despesas									
24. Resultado financeiro, líquido									
Receitas financeiras - Saúde									
Rendimento de aplicações financeiras									
Descontos obtidos									
Juros de atualização monetária									
Receitas financeiras - Assistência Social									
Tarifas bancárias, juros e descontos									
Receitas financeiras - Atividade Sustentável									
Tarifas bancárias, juros e descontos									
Total receitas financeiras									
Despesas financeiras - Saúde									
Juros passivos									
Descontos financeiros									
Tarifas bancárias									
Outras despesas financeiras									
Despesas financeiras - Assistência Social									
Juros passivos									
Tarifas bancárias									
Despesas financeiras - Atividade Sustentável									
Descontos financeiros									
Juros passivos									
Tarifas bancárias									
Total despesas financeiras									
Resultado financeiro, líquido									
25. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber. Exposição a risco de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:									
2018									
2017									
Caixa e equivalentes de caixa									
Contas a receber									
Subvenções governamentais									
Outras contas a receber									
Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange as aplicações financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. • Contas a receber e subvenções governamentais - O risco de crédito é gerenciado pelos contratos ou convênios com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, além de taxas de inscrições, por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 5.135, calculada em função da política adotada durante o ano de 2018 e considerada suficiente frente aos seus riscos. • Outras contas a receber - O risco de crédito de outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos. b. Risco com taxa de câmbio - Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. c. Risco de taxa de juros - A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades e de determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Ceti, com data base de 31 de dezembro de 2018, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,42%, cenário provável para o ano de 2019. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:									
2018									
2017									
Caixa e equivalentes									
Aplicações financeiras									
Taxa anual estimada do CDI									
Efeito anual no caixa líquido									
d. Risco de liquidez - Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.									
2018									
2017									
Nota									
Valor contábil									
Até 1 ano									
01-02 anos									
12									
13									
Nota									
Valor contábil									
Até 1 ano									
01-02 anos									
12									
13									

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA					
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
		2018		2017	
		Receita	Custo	Receita	Custo
Saúde		77	(77)	115	(115)
		77	(77)	115	(115)
27. Gratuidades concedidas: Assistência social - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):					
Total de usuários		2018	2017	2018	2017
Saúde		73	72	73	72
Diário paciente dia		2018	2017	2018	2017
Atendimentos SUS		165.559	175.650	165.559	175.650
Não SUS		85.401	88.614	85.401	88.614
Atendimentos ambulatoriais		2018	2017	2018	2017
Atendimento SUS		1.493.199	1.477.573	1.493.199	1.477.573
Não SUS		323.810	319.557	323.810	319.557
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
O Conselho Fiscal do INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação da documentação contábil relativa ao período de Janeiro a Dezembro do ano de 2018 efetuando a análise da Prestação de Contas da Diretoria inerente às atividades de natureza econômica e financeira, elaborou o presente relatório, com a missão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. RELATÓRIO - 1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL - A documentação contábil nos foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de receitas e despesas, bem como dos respectivos balancetes, livros Diário e Razão, e extratos bancários. Na análise dos documentos não encontramos qualquer irregularidade, posto que estão em conformidade com os registros contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita. 2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL - 2018 - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito à apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem. 3 - PARECER - Com base no acima exposto, este Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral a APROVAÇÃO do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis do INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, relativos ao exercício contábil de 2018, posto que representam adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Entidade. São José dos Campos, 24 de abril de 2019.					
<p>Imã Adriana Aparecida Honório dos Santos - Conselheira</p> <p>Imã Alessandra Nogueira da Silva - Conselheira</p> <p>Imã Fabiana Rizzi - Conselheira</p>					
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
<p>Ao Presidente, Vice-presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: A Entidade apresentou na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2018 um total de receita operacional de R\$ 555.030 Mil e um total de custo e despesas operacionais de R\$ 556.768 Mil, porém, não foram apresentadas documentação suficiente, proveniente de seus processos contábeis, que comprovasse que o registro das receitas de prestação de serviços ocorresse no momento da aprovação dos atendimentos e emissão do faturamento aos clientes públicos e privados. Da mesma forma, não apresentou documentação suficiente que comprovasse que o registro dos custos dos serviços prestados ocorresse no recebimento dos documentos fiscais relacionados. Entendemos que se a Entidade tivesse reconhecido as receitas e os custos de acordo com suas políticas contábeis descritas na nota explicativa Nº 03, certos elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, com abstenção de opinião, datado de 10 de julho de 2018, continua, resumidamente, os seguintes itens: a) Falta de análise de realização individualizada dos saldos vencidos há longa data de contas a receber, e a não realização do registro do ajuste ao valor recuperável do contas a receber; b) Não disponibilização do controle patrimonial do custo dos itens do ativo imobilizado bem como a respectiva depreciação acumulada, sua conciliação com os saldos contábeis e suportes necessários para sua correta apresentação no balanço patrimonial e suas notas explicativas. Não revisão anual das vidas úteis dos bens e não realização do teste do valor recuperável. c) Não disponibilização da totalidade das reconciliações e documentação suporte sobre: saldos dos estoques num montante de R\$ 20.741 mil, no ativo circulante, e estoques em consignação num montante de R\$ 13.984 mil, no passivo circulante, na demonstração do resultado dos saldos de receita operacional líquida de R\$ 456.227 mil e custo dos serviços prestados de R\$ 457.444 mil. d) Classificação inadequada na demonstração do resultado que no total de R\$ 449.353 mil inclui o montante de R\$ 11.612 mil que, de acordo com a prática contábil da Entidade, deveria estar classificado na conta de outras receitas e despesas operacionais, e o valor de outras receitas e despesas operacionais (R\$ 10.532 mil) inclui o montante de R\$ 13.709 mil que, por sua natureza, deveria estar classificado na conta de custos e despesas operacionais. e) Falta de adoção do princípio da competência da receita operacional líquida num montante de 456.227 mil e do custo dos serviços prestados de R\$ 457.444 mil. f) Falta das memórias de cálculo que suportaram os valores apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) e portanto representa uma divergência em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Entidade adotou medidas visando sanar, em parte, as ressalvas do parágrafo de abstenção de opinião do relatório de 2017, como segue: a) Implantou política de controle de contas a receber em todas as suas unidades e promoveu uma rigorosa análise dos valores a receber baixando conta perdas os valores vencidos há longa data e atualizando a provisão para perdas do contas a receber conforme demonstrado nas notas explicativas Nº 1.1 "a" e Nº 07. b) Conforme nota explicativa Nº 1.1 "b", a Entidade contratou empresa especializada para reorganização do seu ativo imobilizado, promovendo inventário físico do mesmo e conciliando os resultados com os controles contábeis. Concomitantemente os valores líquidos contábeis foram comparados aos valores justos concluindo-se que os mesmos não encontram-se contabilizados por valores superiores ao mercado, ou seja, aqueles que seriam obtidos em uma transação não forçada. c) Promoveu inventário geral de estoque, por nós supervisionados com resultados capazes de atestar a solidez dos controles internos, promovendo ajustes quando aplicável. Em base de teste comprovamos a adequação dos valores adotados para a valorização dos itens de estoque. d) A entidade promoveu a adequação dos registros de outras receitas e despesas operacionais regularizando o registro das mesmas. e) Quanto à falta de aplicação da competência da receita e despesa, devido à complexidade das operações, a Entidade ainda encontra-se em fase de ajustes e adaptações em seus processos para melhor atendimento às normas contábeis. f) Adequou a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2018 em consonância com a CPC 03 (R2). Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderíamos ser identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto SP, 17 de maio de 2019.</p>					
<p>Teorema Auditores Associados S.S. CRC 25F09108 Floralva Joaquim Martins Contador CRC 15P097926/O-4</p>					

Não perca mais tempo...

Agora você encontra a melhor taxa para seu financiamento imobiliário no site dci.com.br

Já está no ar o ambiente especial **CRÉDITO IMOBILIÁRIO.**

Você pesquisa, compara e recebe as melhores propostas para realizar o seu sonho.

Seja para compra ou refinanciamento de seu imóvel.



Acesse e Comprove:
www.dci.com.br/especiais/credito-imobiliario



Acesse e Comprove:
www.dci.com.br/especiais/credito-imobiliario